



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR:
TIPO:
PROCESSO Nº:
AGRAVANTE:
AGRAVADO:
RELATOR:

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO
0284066-2
OPERADORA IDEAL SAÚDE LTDA
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

EMENTA


CIVIL. CONSUMIDOR. SEGURO DE SAÚDE. LIMITAÇÃO DO VALOR DE COBERTURA DO TRATAMENTO. ESCOLHA DO MATERIAL E/OU PROCEDIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO. RESPONSABILIDADE DO MÉDICO. RISCO DE DANO INVERSO. NEGATIVA DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É abusiva a prática de seguradora de saúde que estabelece limitação de valor para o custeio de despesas com tratamento clínico, cirúrgico e de internação hospitalar.
2. O sistema normativo vigente permite às seguradoras fazer constar da apólice de plano de saúde privado cláusulas limitativas de riscos adicionais relacionados com o objeto da contratação, de modo a responder pelos riscos somente na extensão contratada. Essas cláusulas meramente limitativas de riscos extensivos ou adicionais relacionados com o objeto do contrato não se confundem, porém, com cláusulas que visam afastar a responsabilidade da seguradora pelo próprio objeto nuclear da contratação, as quais são abusivas.
3. Na espécie, a seguradora intenta substituir a designação do médico acerca dos materiais adequados para realização de procedimento cirúrgico urgente. Tal conduta, na prática, gera desmedido risco para a saúde da segurada.
4. A prática em discussão não é meramente limitativa de extensão de risco, mas abusiva, devendo ser severamente coibida.
5. É de rigor o improvido do Agravo de Instrumento, com a manutenção da decisão interlocutória, o que implica provimento cominatório em face da seguradora ao pagamento das mencionadas despesas médico-hospitalares.
6. Agravo de Instrumento improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 0284066-2, figurando como Agravante OPERADORA IDEAL SAÚDE LTDA e, como Agravado, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL; Acordam os Desembargadores que compõem a PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, mantendo na íntegra a decisão recorrida, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26-03-2013


Itabira de Brito Filho
- Desembargador Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR:
TIPO:
PROCESSO Nº:
AGRAVANTE:
AGRAVADO:
RELATOR:

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO
0284066-2
OPERADORA IDEAL SAÚDE LTDA
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por OPERADORA IDEAL SAÚDE LTDA, em razão de decisão interlocutória proferida pelo Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, nos autos da Ação Civil Pública, a qual foi proposta pelo Ministério Público Estadual, em favor da menor impúbere, D. V. T da S.

A recorrente se insurge contra o entendimento esposado pelo MM juízo *a quo*, que deferiu o pedido de recebimento do feito com pronta concessão provimento satisfativo. Com a antecipação da tutela, ficou determinado que a demandada autorizasse o tratamento requisitado pelo *Parquet*, em favor da substituída (menor impúbere) em hospital com unidade de tratamento intensivo pediátrico, para realização de cirurgia "E scoliose - TTO cirúrgico, artrodese coluna por seguimento (X15) e enxerto ósseo, no prazo de três dias úteis". Consta da decisão recorrida menção ao fato de que a operadora ré foi intimada no dia 25/06/2012. Contudo, não concedeu a autorização determinada. Diante do descumprimento do comando, houve constrição judicial dos valores necessários para a consecução do procedimento cirúrgico, no importe de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

Razões recursais nas quais a parte agravante alega, em breve síntese, que em tempo algum existiu descumprimento de decisão judicial. Também argui a necessidade de evitar o bloqueio do valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), determinado pelo juízo para garantir a realização do procedimento.

É o relatório.

Recife, 05-12-2012


Itabira de Brito Filho
- Desembargador Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR:	PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
TIPO:	AGRAVO DE INSTRUMENTO
PROCESSO Nº:	0284066-2
AGRAVANTE:	OPERADORA IDEAL SAÚDE LTDA
AGRAVADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR:	Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

VOTO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por OPERADORA IDEAL SAÚDE LTDA, em razão de decisão interlocutória proferida pelo Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, nos autos da Ação Civil Pública, a qual foi proposta pelo Ministério Público Estadual, em favor da menor impúbere, D. V. T da S.

A recorrente se insurge contra o entendimento esposado pelo MM juízo *a quo*, que deferiu o pedido de recebimento do feito com pronta concessão provimento satisfativo. Com a antecipação da tutela, ficou determinado que a demandada autorizasse o tratamento requisitado pelo *Parquet*, em favor da substituída (menor impúbere) em hospital com unidade de tratamento intensivo pediátrico, para realização de cirurgia "E scoliose - TTO cirúrgico, artrodese coluna por seguimento (X15) e enxerto ósseo, no prazo de três dias úteis". Consta da decisão recorrida menção ao fato de que a operadora ré foi intimada no dia 25/06/2012. Contudo, não concedeu a autorização determinada. Diante do descumprimento do comando, houve constrição judicial dos valores necessários para a consecução do procedimento cirúrgico, no importe de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

Razões recursais nas quais a parte agravante alega, em breve síntese:

1. Inexistência de descumprimento judicial;
2. Necessidade de evitar o bloqueio do valor de 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

Vieram os autos conclusos, sendo negada a atribuição de efeito suspensivo sem a oitiva da parte contrária. Após, deu-se vista dos autos ao Ministério Público, que ofereceu contrarrazões (fls. 163/164), em petição apócrifa, através da Promotoria de Justiça da Comarca de Caruaru.

Conforme aduzido na inicial da Ação Civil Pública, a substituída é portadora de escoliose idiopática com progressão acentuada, razão pela qual demanda cuidados urgentes. Desta forma foi prescrito pelo médico assistente. O mesmo médico teria informado ao plano que a cirurgia deveria ser realizada no hospital Santa Joana Esperança, nesta cidade do Recife, uma vez que ali haveria disposição de UTI pediátrica. Contudo, a demandada/recorrente não adotou a recomendação do médico e agendou o procedimento no hospital D'Ávila, na capital pernambucana para o dia 27 de fevereiro do ano corrente, ainda que não dispusesse o hospital do suporte necessário.

Assim, entre as disposições do médico e as conveniências da operadora de saúde, inicia a menor uma verdadeira *via crucis*.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

No dia marcado (nada obstante as deficiências do hospital disponibilizado pela operadora) compareceu a menor para se submeter à cirurgia. Durante o procedimento inicial, após receber dosagem anestésica, a substituída sofreu choque anafilático, tendo parada cardiorrespiratória, precisando ser reanimada. Em razão da unidade não dispor de UTI pediátrica, teve que ser encaminhada com urgência para o hospital Jorge Medeiros, depois de entubada. Após receber alta hospitalar, o médico assistente informou que nova cirurgia somente poderia ser designada passado um mês do incidente.

Quatro meses após o fato, nada foi feito em favor da menor, nada obstante seu quadro clínico ser progressivo e se agravar a cada dia.

A única oposição que a operadora manifesta ao bloqueio reside no fato de que teria feito cotação de materiais, de modo que alcançaria o total de despesas o montante de 133.347,60 (cento e trinta e três mil trezentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos). Fazendo o cotejo com os valores indisponibilizados, estaria a mesma amargando um prejuízo de quase cem mil reais.

Enquanto a Agravante busca a forma menos onerosa e mais arriscada de tratar da vida da sua segurada, como mercadoria que pode ser negociada da forma menos onerosa, existe um eloquente perigo da demora para o outro pólo da demanda. A cada dia existe uma progressão de patologia degenerativa que está levando a serio risco a vida da menor, situação esta que deve ser enfrentada com o máximo de urgência.

Acerca do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*, forçoso concluir que está do lado da parte Agravada. Não cabe à operadora de saúde escolher o material ou o procedimento para a realização do tratamento de saúde, mas ao médico. Este terá sobre si a responsabilização por todas as consequências derivadas de sua atuação profissional. O pedido da Agravante, de substituir-se ao profissional competente por motivos unicamente financeiros, é absolutamente inviável e irresponsável, pelo que merece veemente negativa.

Na esteira deste entendimento, já decidiu o Superior Tribunal de justiça que é abusiva a cláusula contratual de seguro de saúde que estabelece limitação de valor para o custeio de despesas com tratamento clínico e de internação hospitalar, conforme se verifica no REsp 735.750/SP.

Diante do quadro, não há como atender à pretensão formulada pelo agravante. Qualquer alteração ao entendimento do piso trará um inadmissível risco de dano inverso, o qual seria suportado pela menor/segurada. Ausentes os requisitos indispensáveis para atribuição de efeito suspensivo, **VOTO pelo NÃO PROVIMENTO** deste recurso, mantendo, em todos os seus termos, a decisão interlocutória desafiada.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

Recife, 26-03-2013

Itabira de Brito Filho
- Desembargador Relator -